

COTAÇÃO DE PREÇOS - OÁSIS DISTRIBUIDORA DE ÁGUA E GÁS

Razão Social: ALINE ALVES DE SOUZA CABRAL

CNPJ Nº: 39.875.452/0001-52

Endereço Completo: AVENIDA VISCONDE DE SUASSUNA Nº311

Telefone: (81)3877-5022 / (81)99808-2909 / (81)98305-3721

E-mail: ALINE@OASISDISTRIBUIDORADEAGUA.COM.BR

Solicitante: CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE



1. Objeto:

Fornecimento de água mineral sem gás, em garrações de plástico transparente, com capacidade de 20 litros, lacrados, devidamente higienizado com laudo fornecido pelos órgãos de fiscalização competentes.

2. Especificações do Objeto:

Descrição	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total Mensal	Quantidade Em 12 Meses
Água mineral envasada em garrafão de 20L	400 unidades	R\$15,00	R\$6.000,00	4.800
			Total Mensal:	R\$6.000,00
			Total Para 12 Meses:	R\$72.000,00

Informações Sobre o Produto:

INDAIÁ BRASIL AGUAS MINERAIS LTDA – CNPJ: 00.048.785/0021-16

- Validade da Proposta: 60 Dias

OBS 1: O valor apresentado deverá incluir todos os custos com salários, horas extras, encargos sociais, transportes, uniformes, lucros, encargos fiscais e para fiscais, despesas diretas e indiretas, bem como aquelas indispensáveis para execução dos serviços.

OBS 2: Em caso de perda, trinco ou quebra de garrafão, cobramos uma taxa de R\$20 por garrafão.

Dados Bancários: Banco: Itaú Unibanco S.A / Agência: 0363/ Conta Corrente: 99572-1/ Chave Pix: 39.875.452/0001-52.

Forma de Pagamento: Empenho

Recife, 02 de Agosto de 2023

Responsável

Aline Alves de Souza Cabral



SETA DISTRIBUIDORA DE ÁGUAS

Recife, 01 de agosto de 2023.

Ao setor de compras da Câmara Municipal do Recife.

Ref: Proposta para fornecimento de água mineral em garrações de 20 litros.

Prezado (a) Senhor (a),

Segue nossas condições para fornecimento de água mineral.

1) PREÇO DE FORNECIMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNIT.	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE 12 MESES
1	ÁGUA MINERAL – NATURAL SEM GÁS, ACONDICIONADA EM GARRAFÃO, GARRAFÕES 20 LITROS	UNI	R\$7,50	400	4800
				TOTAL MENSAL	R\$3.000,00
				TOTAL PARA 12 MESES	R\$36.000,00

2) COMODATO DOS GARRAFÕES (Equipamentos).

2.1 A DISTRIBUIDORA disponibilizará, a título de comodato, os garrações necessários á demanda do consumo.

4) CONDIÇÕES DE ENTREGA E PAGAMENTO

4.1 A entrega será realizada duas vezes por semana.

4.2 A forma de pagamento será: mensalista, mediante apresentação de notas de entrega e recibo.

5) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O reajuste dos preços se dará uma única vez a cada 12 meses, ou seguindo a orientação das respectivas fontes envasadoras, baseado em negociação de valor entre as partes.

Os funcionários da SETA DISTRIBUIDORA deverão apresentar-se às unidades devidamente uniformizados e estarão sujeitos aos procedimentos e políticas de segurança do trabalho e segurança patrimonial.

Dados para cadastro:

DISTRIBUIDOR: ANA MARIA P BATISTA MEI.

CNPJ: 19.903.070/0001-88

ENDEREÇO: RUA DO RIO, 40-B MANGABEIRA.

TELEFONES: 99547-5154 / 99512-6271 / 98786-9799

E-mail: setadistribuidoradeagua@gmail.com

Estamos á disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

**Fernando Luiz
Rua do Rio, 40-B Mangabeira.
Recife/PE CEP- 52110-490
TEL: 99512-6271 / 98786-9799**



CHRISTIANNE AMORIM BENJAMIN COMÉRCIO DE ÁGUAS
CNPJ:27.614.808/0001-15
RUA JAIME RAMIRO COSTA, 75 – IMBIRIBEIRA
RECIFE/PE - CEP 51.210-060

PROPOSTA COMERCIAL

Recife, 02 de agosto de 2023.

À CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE.

Ref.: Proposta para fornecimento de água mineral em garrações de 20 litros.

Processo em referência (**Contrato Fornecimento Água Mineral em garração 20 litros, em caráter emergencial**).

Seguem nossas condições para fornecimento de água mineral, **Indaiá**, em garrações de policarbonato com capacidade para vinte litros.

1. PREÇO DE FORNECIMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNIT.	NCM	ALÍQUOTAS DE IMPOSTO (ICMS, IPI)	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE 12 MESES
1	ÁGUA MINERAL – NATURAL SEM GÁS, ACONDICIONADA EM GARRAÇÃO, GARRAÇÕES PRÓPRIOS DA CONTRATADA EM REGIME DE COMODATO, TAMPA DE PRESSÃO E LACRE, CONTENDO 20 LITROS, MARCA: INDAIÁ	unidade	R\$ 7,07	22011000	PRODUTO TRIBUTADO POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (ST)	400	4800
						TOTAL MENSAL	R\$ 2.828,00
						TOTAL PARA 12 MESES	R\$ 33.936,00

- Valor unitário garração de 20 litros R\$ 7,07 (sete reais e sete centavos).
- Não há cobrança de FRETE.
- Condição de pagamento: A combinar

2. COMODATO DOS GARRAÇÕES (Equipamentos)

A Da Fonte disponibilizará, a título de comodato, os garrações necessários a operação de abastecimento.

Júlio Batista
Supervisor Comercial
(81) 9-9301-9962
supervisor@dafontedistribuidora.com.br

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE – URB RECIFE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E JULGAMENTO FINAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2023 – CONCORRÊNCIA Nº. 009/2023 – CPL/URB RECIFE

Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia para Execução das Obras do Novo Programa Municipal de Encostas, na cidade do Recife/PE – Lote 10. Valor Máximo Aceitável: R\$ 4.964.864,41. Licitante DESCLASSIFICADA: Não Houve. Licitantes CLASSIFICADAS: 1º lugar: EGC – EMPRESA GERAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ/MF Nº 02.566.653/0001-68; 2º lugar: CONSÓRCIO DAUD/AG3M, constituído pelas empresas: DAUD EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ/MF Nº. 18.318.752/0001-60, e AG3M SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, CNPJ/MF Nº. 38.163.963/0001-89. VENCEDOR: EGC – EMPRESA GERAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ/MF Nº 02.566.653/0001-68, com o valor final da sua proposta de R\$ 4.702.216,26 (quatro milhões, setecentos e dois mil, duzentos e dezesseis reais e vinte e seis centavos). Demais informações, poderão ser obtidas diretamente na Sala da CPL/URB, situada a Avenida Oliveira Lima, nº. 867, Boa Vista, Recife/PE - CEP: 50050-390 ou através dos telefones: (81) 3355-5081 / 5079 ou através do e-mail: cplurb@recife.pe.gov.br, em dias úteis e de funcionamento, no horário de 8:00h às 12:00h ou no site: www.recife.pe.gov.br. Recife, 16 de setembro de 2023. **Gláucio Mendonça Brasileiro** – Presidente em exercício da Comissão Permanente de Licitação - CPL.

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE – URB RECIFE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**

AVISO DE RECURSO ADMINISTRATIVO NA FASE DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2023 – CONCORRÊNCIA Nº. 011/2023 – CPL/URB RECIFE

Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia para Execução das Obras do Novo Programa Municipal de Encostas, na cidade do Recife/PE – Lote 11. Valor Máximo Aceitável: R\$ 14.983.638,01. Em cumprimento ao que determina o § 3º do art. 109, da Lei nº. 8.666/93, a CPL/URB, torna público que foi interposto Recurso Administrativo contra o Julgamento de Habilitação da licitação em epígrafe. Comunicamos que a sessão de abertura das Propostas de Preços que estava marcada para o dia 15/09/2023, restou adiada. Demais informações, poderão ser obtidas diretamente na sala da CPL/URB, sita à Avenida Oliveira Lima Nº. 867, Boa Vista, Recife/PE ou através dos telefones: (81) 3355-5081 / 5079 ou do e-mail cplurb@recife.pe.gov.br, em dias úteis e de funcionamento, no horário de 8:00h às 12:00h ou no site: www.recife.pe.gov.br. Recife, 16 de setembro de 2023. **Gláucio Mendonça Brasileiro** – Presidente em exercício da Comissão Permanente de Licitação - CPL

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
EMLURB - AUTARQUIA DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA URBANA**

RESULTADO DO JULGAMENTO FINAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2022 – CLI EMLURB – CONCORRÊNCIA Nº 027/2022 – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, ESPECIALIZADA EM ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIAS COM TECNOLOGIA LED E REDE ELÉTRICA, PARA ILUMINAÇÃO PEDONAL DO POLIGONO VIÁRIO DA ZONA NORTE DO MUNICÍPIO DE RECIFE-PE. O Presidente da Comissão de Licitação da Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana - EMLURB torna publico o resultado do Julgamento Final declarando VENCEDORA a empresa VASCONCELOS E SANTOS LTDA com proposta no valor R\$ 29.276.042,73 (vinte e nove milhões e duzentos e setenta e seis mil quarenta e dois reais e setenta e três centavos) Fica aberto o prazo recursal previsto na alínea b do inciso I, do art. 109 da Lei nº 8.666/93. Recife, 15 de setembro de 2023. **Marco Antonio de Araújo Bezerra** - Presidente da Comissão de Licitação.

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
EMLURB - AUTARQUIA DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA URBANA**

AVISO DA LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2023 – CLI EMLURB – CONCORRÊNCIA Nº 025/2023 – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM VÍDEO INSPEÇÃO E ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS DO SISTEMA DE MICRODRENAGEM DA CIDADE DO RECIFE – PE. O valor máximo admitido para esta licitação é R\$ 5.289.505,68 (cinco milhões, duzentos e oitenta e nove mil, quinhentos e cinco reais e sessenta e oito centavos). Local e Data de abertura: EMLURB/Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana, sito à Av. Gov. Carlos de Lima Cavalcanti, 09 - Derby; 18.10.2023, às 09:00 horas. Será facultado à participação em vídeo conferência na Plataforma Google Meets devendo os interessados se habilitarem ao sistema até 48 horas da data inaugural. A sessão será realizada na sala 03, bloco do edifício sede da EMLURB, o edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: <http://www.recife.pe.gov.br/portalcompras/>. Recife, 15 de setembro de 2023 **Marco Antônio de Araújo Bezerra** – Presidente da Comissão de Licitação.

CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

LICITAÇÃO FRACASSADA

Processo Administrativo Nº 2944/2023 – Pregão Eletrônico Nº 010/2023 – OBJETO: Contratação de empresa especializada para a aquisição de garrações de água mineral com 20 (vinte) litros, para fornecimento mensal, por um período de 12 (doze) meses, a fim de suprir as necessidades do Edifício Sede e Anexos, exclusiva para Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempresário Individual – MEI, restou FRACASSADO. Informações: Comissão de Licitação, Rua Monte Castelo, nº 131, 1º Andar, Boa Vista, Recife, PE – Fones: (81) 33011295 e 3301-1263, no horário de 08:00h às 13:00h, de segunda a sexta-feira. Recife, 15 de setembro de 2023. **Lúcia de Fátima da Granja dos Santos** – Pregoeira da Câmara Municipal do Recife.

Poder Legislativo

Presidente ROMERINHO JATOBÁ

EXTRATO DO TERMO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR - PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 26/2023

O Primeiro Secretário da Câmara Municipal do Recife designa como FISCAL TITULAR da contratação decorrente do Processo nº 607/2022/CMR (Contrato nº26/2023), firmado com a empresa ZERO UM INFORMÁTICA E ENGENHARIA E REPRESENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.873.234/0001-68, o servidor RICARDO WILLIAMS PAIXÃO FERRAZ, Matrícula nº 101605-9 e como FISCAL SUBSTITUTO o servidor ARLIS GADELHA XAVIER, Matrícula nº 106250-6, cujas atribuições consistem em: 1) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado; 2) informar a Administração acerca de eventuais vícios e irregularidades verificados, propondo soluções e sanções que entender cabíveis para sanar as faltas e defeitos observados; 3) atestar a execução do objeto contratado constante das respectivas notas fiscais; e 4) assinar as notas de empenho correspondentes (nos termos da Resolução nº 630, de 30 de novembro 2021) RAFAEL ACIOLI MEDEIROS – Primeiro Secretário da Câmara Municipal do Recife

EXTRATO DO TERMO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR - PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 25/2023

O Primeiro Secretário da Câmara Municipal do Recife designa como FISCAL TITULAR da contratação decorrente do Processo nº 607/2022/CMR (Contrato nº25/2023), firmado com a empresa ZERO UM INFORMÁTICA E ENGENHARIA E REPRESENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.873.234/0001-68, o servidor RICARDO WILLIAMS PAIXÃO FERRAZ, Matrícula nº 101605-9 e como FISCAL SUBSTITUTO o servidor ARLIS GADELHA XAVIER, Matrícula nº 106250-6, cujas atribuições consistem em: 1) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado; 2) informar a Administração acerca de eventuais vícios e irregularidades verificados, propondo soluções e sanções que entender cabíveis para sanar as faltas e defeitos observados; 3) atestar a execução do objeto contratado constante das respectivas notas fiscais; e 4) assinar as notas de empenho correspondentes (nos termos da Resolução nº 630, de 30 de novembro 2021) RAFAEL ACIOLI MEDEIROS – Primeiro Secretário da Câmara Municipal do Recife

EXTRATO DO CONTRATO Nº 26/2023

CONTRATANTES: CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE e a empresa ZERO UM INFORMÁTICA ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA
OBJETO: Fornecimento de solução de tecnologia da informação, para sistema de Circuito Fechado de Televisão – CFTV, com instalação de sistemas, configuração, parametrização, na rede de dados da contratante, com treinamento de pessoal e prestação de serviços de suporte técnico on-site.

PREÇO: R\$54.699,77(cinquenta e quatro mil seiscentos e noventa e nove reais e setenta e sete centavos) sendo: R\$48.624,03(quarenta e oito mil seiscentos e vinte e quatro reais e três centavos) referente a solução e R\$6.075,74(seis mil setenta e cinco reais e setenta e quatro centavos) pelo treinamento de pessoal – Valor Global
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: nº 01. 01. 2.002.4.4.90.40 e de nº 01.01.2.002.3.3.90.39
RECURSOS FINANCEIROS: Tesouro Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2023

CONTRATANTES: CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE e a empresa ZERO UM INFORMÁTICA ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA
OBJETO: Fornecimento de equipamentos para sistema de Circuito Fechado de Televisão - CFTV, com instalação física, configuração na rede de dados da contratante e prestação de serviços de suporte técnico on-site.

PREÇO: R\$ 561.324,24(quinhentos e sessenta e um mil trezentos e vinte e quatro reais e vinte e quatro centavos) – Valor Global
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: nº 01. 01. 2.002.4.4.90.52
RECURSOS FINANCEIROS: Tesouro Municipal

R E T I F I C A Ç Ã O

RESOLUÇÃO Nº 476/2023 publicada no diário oficial nº 117, de 07 de setembro de 2023

ONDE SE LÊ: Sala das Comissões da Câmara Municipal do Recife, 09 de setembro de 2023

LEIA-SE: Sala das Comissões da Câmara Municipal do Recife, 06 de setembro de 2023

ATA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ao décimo oitavo dia do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, através da Sala do Plenarinho e pela plataforma virtual disponibilizada pela Câmara Municipal do Recife, situada na Rua Princesa Isabel, 410 no Bairro da Boa Vista, nesta cidade do Recife, capital do estado de Pernambuco, Sob a presidência da vereadora Aline Mariano – PP, teve início a Audiência Pública sobre “A Política de Saúde Mental no Município do Recife” confirmada a presença das seguintes autoridades:

Representando a Secretaria de Saúde do Recife, o Sr. Luiz Carlos de Almeida, técnico da gerência de saúde mental do município;
Representando a Secretaria de Educação do Recife, o Sr. Maria Costa, Gerente Geral e gestão de pessoas.
Representando o Conselho de Psicologia de Pernambuco, a Sra. Lilian Alves, Psicóloga e Conselheira titular da XVII (décima sétima plenária);
Representando o Ministério Público de Pernambuco, o Sr. Marcos Creder, Médico Psiquiatra;
Representando a Ordem dos advogados de Pernambuco (OAB-PE), a Sra. Luciana Pimentel, Advogada e Vice-Presidente da Comissão de Direito e saúde da OAB-PE;
Representando o Ministério da Saúde em Pernambuco, o Superintendente Rosano Freire;
A Assistente Social, a Sra. Paula Moraes.

Segundo Aline Mariano, o cuidado com a saúde mental é vital e previne o desencadeamento de diversas doenças como a depressão, ansiedade, esquizofrenia, entre outras. A parlamentar considerou que deve ser uma ação tão importante quanto o cuidado do corpo e manteve que a pandemia do coronavírus tenha adoecido muitas pessoas. Ela pontuou que o objetivo da audiência é a discussão de políticas públicas em sintonia com a sociedade atual. “Não precisamos ir muito distante para perceber o quanto a saúde mental está associada a eventos impactantes que ocorrem, como a pandemia que atravessamos há pouco tempo, seguida das restrições e do clima de medo que se instalou mundo afora. De um modo geral, sabemos que por conta de todos os efeitos negativos trazidos com a pandemia, houve um aumento significativo da necessidade de se discutir a questão de saúde mental. E o principal objetivo desta audiência pública é debater o tema com todos os setores, sugerindo, cobrando e fiscalizando a promoção de políticas públicas”. Aline Mariano fez questão de citar as proposições de sua autoria que versam sobre saúde mental. “Temos o projeto de lei que institui o programa de promoção da saúde mental e atenção aos problemas psicológicos decorrentes de traumas causados pelo racismo; o projeto 146/2023 que institui a Semana Municipal de Sensibilização e Conscientização sobre a Saúde Mental; o 168/2023 sobre avaliação psicológica de gestantes e puérperas do Recife, entre outros. Além disso, existe a Lei, desde o ano de 2017, que institui a Semana Municipal de Conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA)”. Luiz Carlos de Almeida, representando a Secretaria de Saúde do Recife, explicou a rede de saúde mental da capital pernambucana que conta, hoje, com 17 Centros de Atenção Psicossocial (Caps), explicou sobre o funcionamento de cada um e seus públicos alvo, na oportunidade fez forte críticas ao governo passado e recordou que o setor sofreu muitas dificuldades diante do antigo governo federal do ex-presidente Jair Bolsonaro e elogiou o novo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “A nossa rede de saúde mental, nos quatro anos anteriores, sofreu bastante diversas tentativas do ex- governo federal com projetos de regressão, na tentativa de desfazer tudo o que foi construído ao longo de 20 anos. Mas, felizmente, a partir de janeiro, nós tivemos novamente as portas abertas do Ministério da Saúde e as linhas de financiamento reabertas para que a gente possa requalificar e ampliar a rede. A Secretaria tem já dialogado com o Ministério da Saúde e vem apresentando diversos projetos. Temos ações em andamento com a população em situação de rua com dois dispositivos na saúde: o Consultório Na Rua, que conta com médicos, enfermeiros e assistente social e o “Consultório De Rua”, um dispositivo dos Caps, que faz atenção à questão do uso de substâncias nos diversos territórios”. Maria Costa, Gerente Geral de Gestão de Pessoas da Secretaria de Educação do Recife, destacou que a saúde mental é algo que vem preocupando a Secretaria principalmente no âmbito educacional, citou ações como o Centro de Atendimento ao Servidor e Escola Que Protege os quais visam a qualidade de vida dos educadores e alunos. “A gente observa alguns afastamentos dos nossos servidores, antes e depois da pandemia. E agora o número é muito crescente. O Centro de Atendimento do Servidor hoje é uma realidade com uma assistência que atua na escuta do professor e que foi muito bem-visto por todos nossos educadores e servidores. Para os nossos alunos, a gente está atendendo a Lei 13935/2019 com assistentes sociais dentro das nossas regionais. A Escola Que Protege é outro projeto que já vem atuando com os nossos psicólogos. Temos 330 unidades e há uma meta de crescimento, principalmente da primeira infância nas creches e sabemos que a gente tem que cuidar das pessoas”. Paula Moraes, Assistente Social, citou o trabalho do Conselho Municipal da Política sobre Álcool e Drogas falou da importância do governo investir mais nessa pauta e afirmou que a população deve acompanhar o que está e como está sendo investido com o dinheiro público. “O Conselho é um espaço que a gente precisa para pautar as nossas demandas, conversar e dialogar como os outros espaços de controle social. Costumo dizer para as pessoas que é preciso sair do desabaço para a queixa formal. A Ouvidoria funciona, sim, então é importante a gente formalizar aquilo que não está tão bom e se transformar em algo melhor. Afinal de contas, é o seu dinheiro que está sendo investido em algum lugar. A saúde mental é um ato de amor e também um ato de resistência”.

Representando o Ministério da Saúde em Pernambuco, Rosano Freire também criticou a gestão do antigo Presidente da República Jair Bolsonaro, mas destacou que a pasta retomará os compromissos com a reforma psiquiátrica e que não houve descontinuidade dos serviços à população, falou um pouco da sua experiência profissional como psicólogo e pontuou a dificuldade e demora da população mais carente ter acesso a esse tipo de serviço “A retomada para nós é um grande ganho e representa uma mudança importante na condição da política que vinha sendo dada nessa área. Mesmo com a revogação da Portaria nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017, a qual instituiu uma série de retrocessos na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), é importante a gente dizer que não houve nenhum descredenciamento de serviços e, portanto, sem provocar nenhuma diminuição da assistência que é prestada à população”. Representando o Conselho de Psicologia de Pernambuco, Lilian Alves, fez uma profunda análise da sociedade e de suas necessidades, elogiou a Vereadora Aline Mariano pela iniciativa e destacou a importância de continuar esses debates, incluindo racismo, crianças, violência sexual, mulheres presas e afirmou que a audiência pública promove um debate de grande valor. “A saúde mental está para além dos profissionais de saúde e da psicologia especificamente. Ela está para o bem comum, à comunidade, à vizinhança, para a família ampliada, mas, sobretudo, está sob a responsabilidade do Estado enquanto União e que esses efeitos, enquanto União, cheguem até nós porque a nossa população precisa viver e viver dignamente”. O médico psiquiatra Marcos Creder, representando Ministério Público de Pernambuco (MPPE), disse que vem analisando a rede de saúde mental e ressaltou que há avanços significativos nos 20 anos em que está no MPPE. “O Ministério acompanhou vários processos de pactuações das instituições para um avanço no sentido de uma psiquiatria e assistência humanizadas. Recife avançou diante de outras capitais, embora há ainda o que ser feito. A saúde mental ocupa as promotorias de saúde, é uma demanda da comunidade muito significativa e temos feitos reuniões com diversos atores no sentido de garantir a boa assistência e evitar retrocessos”. Representando a Ordem dos Advogados do Brasil de Pernambuco (OAB-PE), Luciana Pimentel, citou que a própria OAB tem uma rede de apoio para seus colaboradores e credenciados e que é de extrema importância que essa rede de apoio se expanda cada vez mais, recordou que um dos pilares da OAB é a defesa dos direitos fundamentais e que é preciso haver políticas de acolhimento. “Esse direito à saúde é dever do Estado, mas que pode contar com a iniciativa nossa e de vocês que estão aqui, trazendo suas experiências para compor essa construção. Quero dizer que a relevância do tema fica ainda maior com a iminência do Setembro Amarelo e a gente precisa pensar nas políticas de prevenção, de escuta e de acolhimento”. Posteriormente às explanações das autoridades presentes, a Presidente da mesa, a Vereadora Aline Mariano, deu início aos debates com os representantes da sociedade civil que estavam presentes e se inscreveram para o debate. Como encaminhamentos, Aline Mariano citou que procurará a Frente Parlamentar Mista para a Promoção da Saúde Mental e agendará encontros por meio de um grupo de trabalho para tratar do tema.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE - BIÊNIO 2023/2024

Ao sexto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às 15h00, sob a presidência do vereador Samuel Salazar (MDB), teve início a 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa Legislativa. Confirmada as presenças dos membros: vereador Marco Aurélio Filho (PRTB) e vereador Chico Kiko (PP). Verificado o quórum mínimo e atendidas as formalidades legais e regimentais, foi aberta a reunião. O presidente procedeu à leitura da ata da 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Finanças e Orçamento, que em seguida foi aprovada por todos. Prosseguindo, o presidente colocou em discussão e votação o parecer dos seguintes projetos:
Projeto de Lei do Executivo nº 29/2023 – Autor: Prefeito da Cidade do Recife; o relator Samuel Salazar apresentou parecer pela APROVAÇÃO, sendo acatado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 63/2023 – Autor: Alcides Cardoso; o relator Samuel Salazar apresentou parecer pela REJEIÇÃO, sendo aprovado por unanimidade;

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE - BIÊNIO 2023/2024

Ao sexto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às 15h00, sob a presidência do vereador Samuel Salazar (MDB), teve início a 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa Legislativa. Confirmada as presenças dos membros: vereador Marco Aurélio Filho (PRTB) e vereador Chico Kiko (PP). Verificado o quórum mínimo e atendidas as formalidades legais e regimentais, foi aberta a reunião. O presidente procedeu à leitura da ata da 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Finanças e Orçamento, que em seguida foi aprovada por todos. Prosseguindo, o presidente colocou em discussão e votação o parecer dos seguintes projetos:
Projeto de Lei do Executivo nº 29/2023 – Autor: Prefeito da Cidade do Recife; o relator Samuel Salazar apresentou parecer pela APROVAÇÃO, sendo acatado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 63/2023 – Autor: Alcides Cardoso; o relator Samuel Salazar apresentou parecer pela REJEIÇÃO, sendo aprovado por unanimidade;

Projeto de Lei Ordinária nº 86/2023 – Autor: Doduel Varella; o relator Samuel Salazar apresentou parecer pela REJEIÇÃO, sendo aprovado por unanimidade;

Projeto de Lei Ordinária nº 88/2023 – Autor: Davi Muniz; o relator Samuel Salazar apresentou parecer pela REJEIÇÃO, sendo aprovado por unanimidade;

Projeto de Lei Ordinária nº 93/2023 – Autora: Andreza Romero; o relator Samuel Salazar apresentou parecer pela REJEIÇÃO; o vereador Marco Aurélio Filho solicitou vista da proposição, tendo sido concedida pelo presidente;

Projeto de Lei Ordinária nº 94/2023 – Autora: Andreza Romero; o relator Samuel Salazar apresentou parecer pela REJEIÇÃO, sendo aprovado por unanimidade;

Projeto de Lei Ordinária nº 105/2023 – Autor: Gilberto Alves; o relator Samuel Salazar apresentou parecer pela REJEIÇÃO, sendo aprovado por unanimidade;

Projeto de Lei Ordinária nº 114/2023 – Autor: Tadeu Calheiros; o relator Samuel Salazar apresentou parecer pela REJEIÇÃO, sendo aprovado por unanimidade;

Projeto de Lei Ordinária nº 130/2023 – Autor: Doduel Varella; o relator Samuel Salazar apresentou parecer pela REJEIÇÃO, sendo aprovado por unanimidade;

Nada mais a discutir, o presidente encerrou a reunião. Por fim, conforme os termos regimentais, foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada por todos em sinal de concordância com o que nela contém. Recife, 6 de setembro de 2023. COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO. SAMUEL SALAZAR Presidente. ADERALDO PINTO Vice-Presidente. MARCO AURELIO FILHO Membro Efetivo. OSMAR RICARDO Membro Efetivo. ALCIDES CARDOSO Membro Efetivo. JAIRO BRITO Membro Suplente. JOSELITO FERREIRA Membro Suplente. CHICO KIKO Membro Suplente.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES.

Aos quatro dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, às quatorze horas, foi realizada a 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura, Turismo e Esportes, da 18ª Legislatura, de forma híbrida, situada à Rua Princesa Isabel nº 410 – Boa Vista – Recife/PE, através do Sistema de Deliberação Remota, com a presença da Vereadora Ana Lúcia, Presidente, a Vereadora Cida Pedrosa Vice Presidente e, o Vereador Hélio Guabiraba, que precisou ausentar-se da reunião, por motivo justificado. Dando continuidade, havendo número regimental, a reunião teve início com a Presidente da Comissão, Vereadora Professora Ana Lúcia, dando boas-vindas a todos os assessores, à Vereadora Cida Pedrosa, ao Vereador Hélio Guabiraba e aos técnicos da Câmara Municipal do Recife por viabilizarem esta reunião. Ato contínuo, a Presidente da CECTE, colocou em discussão a Ata da 10ª Reunião Ordinária, realizada no dia vinte e dois de agosto de dois mil e vinte e três que, submetida à apreciação dos Vereadores e não havendo nenhum questionamento, a mesma foi aprovada sem restrições. Após, a Presidente da CECTE passa a palavra aos Vereadores Cida Pedrosa e Hélio Guabiraba, para suas considerações. Eles cumprimentam a todos os presentes: assessores, técnicos da Casa Legislativa e aos que assistem por via remota. Em seguida, o Vereador Hélio Guabiraba colocou em discussão, os pareceres de sua relatoria: PDL nº 19/2023, PLO nº 174/2021, PLO 151/2023, PLO nº 129/2023, PLO nº 62/2023 e PDL nº 24/2023 que foram aprovados pela comissão. A Vereadora Ana Lúcia absteve-se ao voto ao PDL nº 24/2023, de acordo com Art. 321, § 8 desta Casa Legislativa. Posteriormente, a Vereadora Cida Pedrosa colocou em discussão os pareceres da relatoria: PDL nº 26/2023, PDL nº 29/2023, PLO nº 155/2023, PLO nº 128/2023, que colocados em discussão, foram aprovados pela comissão A Vereadora Ana Lúcia absteve-se ao voto ao PLO nº 128/2023, de acordo com Art. 321, § 8, desta Casa Legislativa. O PLO nº 132/2023, foi retirado pelo autor/ arquivado, através do Processo Administrativo nº 3318/2023. Logo após, a Vereadora Ana Lúcia colocou em discussão os pareceres de sua relatoria: PDL nº 27/2023, PDL 30/2023, PDL 31/2023, PLO nº 160/2023, PLO nº 167/2023, e PLO nº 177/2023 e PLO nº 182/2023, que colocados em discussão, foram aprovados pela comissão. Seguidamente, a Presidente desta CECTE fez a distribuição dos projetos: para sua relatoria: PDL nº 32/2023; para o Vereador Hélio Guabiraba: PLO nº 185/2023 e PLO nº 187/2023 ; para a Vereadora Cida Pedrosa: PDL nº 186/2023 e PLO nº 189/2023. Concluindo, a Vereadora Ana Lúcia encerra a presente reunião, agradecendo à Vereadora Cida Pedrosa e ao Vereador Hélio Guabiraba, aos assessores presentes e, aos técnicos da Câmara Municipal do Recife, que viabilizaram esta reunião. Sem mais assuntos a serem tratados, eu, Shirley da Costa e Sirio, servidora da Câmara Municipal do Recife, secretariei ad hoc a presente reunião e lavrei esta Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por todos os presentes em sinal de concordância com tudo o que nela contém. Sala das Comissões da Câmara Municipal do Recife, em 04 de setembro de 2023. Vereadora Professora Ana Lúcia - Republicanos Presidente. Vereadora Cida Pedrosa (PCdoB) Vice-Presidente. Vereador Hélio Guabiraba – PSB Membro Efetivo. Vereadora Liana Cirne – PT Suplente. Vereador Waldomiro Amorim – SDD Suplente.



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE PREGÃO**

**PROCESSO Nº 2944/2023/SCG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023**

DADOS GERAIS	
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A AQUISIÇÃO DE GARRAFÕES DE ÁGUA MINERAL COM 20 (VINTE) LITROS, PARA FORNECIMENTO MENSAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, A FIM DE SUPRIR AS NECESSIDADES DO EDIFÍCIO SEDE E ANEXOS, EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS – ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E MICROEMPRESÁRIO INDIVIDUAL – MEI, TUDO DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DESTA EDITAL E SEUS ANEXOS	
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 31/08/2023 às 08:00 horas	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 31/08/2023 às 08:15 horas	
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 31/08/2023 às 08:30 horas	
COORDENAÇÃO DO PROCESSO:	
Pregoeira: Lúcia de Fátima da Granja dos Santos	E-mail: licitacao.camara@recife.pe.leg.br
Fone: (81) 3301-1295	
Endereço: Rua Monte Castelo, 131, 1º. Andar, Boa Vista, Recife - PE – CEP 50050-310	

A CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE, por intermédio da sua Pregoeira e Equipe de Apoio designados pela Resolução Nº 396/2023, e considerando a Autorização do da Comissão Executiva, desta Casa Legislativa, torna público para ciência dos interessados, que, às 08:00 horas do dia 31 de agosto de 2023, ou caso não haja expediente nesta data, no primeiro dia útil subsequente, realizará, através do site do Banco do Brasil, diretamente em www.licitacoes-e.com.br, licitação na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, consoante a Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 e alterações, o Decreto Federal Nº 10.024, de 20/09/2019 e alterações, a Resolução da Mesa Diretora da Câmara Municipal do Recife nº 2495/2009, de 25/05/2009, e subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O presente Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante as condições de segurança necessárias em todas as suas fases.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos por servidora da **CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE**, devidamente habilitado e treinado nas atribuições de Pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o site do Banco do Brasil, diretamente em www.licitacoes-e.com.br.

2 - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para a aquisição de garrafrões de água mineral com 20 (vinte) litros, para fornecimento mensal, por um período de 12 (doze) meses, a fim de suprir as necessidades do Edifício Sede e Anexos, atendendo aos diversos departamentos da Câmara Municipal do Recife, exclusivo para Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempresário Individual – MEI, tudo de acordo com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

3 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Os recursos alocados para a realização do objeto da presente licitação são oriundos da seguinte dotação orçamentária:

- a) Órgão: 01.01 – CMR;
Proj./Atividade.: 2.002 – Apoio Administrativo às Ações da CMR;
Subação: 00001 – Outras Medidas;
Elem. Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo;
Fonte: 0500 – Recursos não Vinculados de Impostos;

4 - REFERÊNCIAS DE TEMPO

4.1 - Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o **horário oficial de Brasília-DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5 - DA PUBLICIDADE

O aviso deste Pregão será publicado no Diário Oficial do Município do Recife, na Internet, no endereço www.recife.pe.leg.br – link Portal da Transparência e no site www.licitacoes-e.com.br.

6 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1 - Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos.

6.2 - Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública;
- b) Tenham sido declarados inidôneos em qualquer esfera de Governo;
- c) Estejam em processo de falência, concordata, dissolução ou liquidação;
- d) Tenham em seu quadro, empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

6.3 - Não será permitida a participação de empresas em consórcio, ou que estejam declaradas inidôneas ou punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, cujo ato tenha sido publicado em órgão de Imprensa Oficial ou que tenham tido falência decretada, em concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

6.3.1 A vedação à participação de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, nas quais as





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação previstos em edital, o que não se afigura no caso presente.

6.4 - A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado data e horários limites estabelecidos.

6.5 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.6 - Caberá à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7 – REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.1 - O certame será conduzido pela Pregoeira, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) Responder as questões formuladas pelas Licitantes, relativas ao certame;
- c) Abrir as propostas de preços;
- d) Analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) Desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) Declarar o vencedor;
- i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) Elaborar a ata da sessão;
- k) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.

8 - DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E PARTICIPAÇÃO

8.1 - Os interessados em participar na licitação deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal para acesso ao sistema eletrônico, ambas intransferíveis, obtidas junto às agências do Banco do Brasil S.A. sediadas no país.

8.1.1 - As instruções para obtenção da chave e senha de acesso estão disponíveis na Cartilha do Fornecedor, disponível no endereço: <http://www.licitacoes-e.com.br/aop/documentos/CartilhaFornecedor.pdf>

8.1.2 - A chave de identificação e senha pessoal poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou do Banco do Brasil, devidamente justificada.

8.2 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Câmara Municipal do Recife ou ao Banco do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

8.3 - A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e subsequente encaminhamento da proposta de preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

8.3.1 - A informação dos dados para acesso deve ser feita diretamente em www.licitacoes-e.com.br, na opção "Acesso Identificado".

8.4 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no edital, responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

8.5 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.6 - Em se tratando de microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e para que essas possam usufruir do tratamento diferenciado previsto no Capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento, a declaração em campo próprio do sistema eletrônico, identificando-se como microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.6.1 - Ao credenciarem-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte no sistema do Banco, os interessados declaram, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como tal, estando aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos Artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.6.2 - A responsabilidade pela identificação do tipo de empresa é exclusiva do licitante, e caso este apresente alguma informação inverídica, sofrerá as sanções previstas neste Edital.

8.6.3 - A verificação das informações relacionadas ao enquadramento do licitante como ME/EPP será efetuada pela pregoeira no momento da conferência da documentação da empresa arrematante.

8.6.4 A vedação estabelecida na condição anterior não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H, da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

8.7 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no edital.

8.8 - A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.9 - É incumbência do licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

9 – DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

9.1 – Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista neste edital, bem como solicitar esclarecimentos.

9.1.1 - A pregoeira responderá às impugnações e aos pedidos de esclarecimentos no prazo máximo de dois dias úteis, contados da data de recebimento dos pedidos.

9.2 – As impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados à Comissão de Pregão da Câmara Municipal do Recife, situada na Rua Monte Castelo, 131 – 1º. Andar – Boa Vista – Recife – PE - CEP Nº 50.050-310, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00 às 13:00 horas ou através do e-mail licitacao.camara@recife.pe.leg.br.

9.3 A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá a pregoeira, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

9.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

9.3.2 Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

9.4 – Decairá do direito de impugnar os termos deste Pregão a proponente que o tendo aceitado sem objeção, venha, após o prazo mencionado no subitem 9.1 deste Edital e estabelecido no art. 24, do Decreto Federal nº 10.024/2019, a apresentar falhas ou irregularidades que o viciem.

10 - RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

10.1 - A participação no Pregão Eletrônico fica condicionada ao envio pelo representante credenciado da Proposta de Preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada a data e horário limites estabelecidos no preâmbulo deste Edital.

10.2 - O encaminhamento da Proposta pressupõe o pleno conhecimento e total atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

10.3 - A Proposta apresentada no sistema eletrônico deverá ser no valor global do lote a que se refere, em moeda corrente do país, em algarismo com no máximo duas casas decimais (Ex.: R\$ 5,33).

10.3.1 - A proposta ofertada pela licitante deverá contemplar todos os itens que compõem o objeto licitado.

10.3.1.1 - Para comprovar que o valor apresentado na Proposta abrange todos os itens do objeto, a licitante deverá enviar arquivo eletrônico com a proposta detalhada em campo próprio no sistema;

10.3.2 - A licitante deverá computar no preço que cotar todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que se





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

sujeita, bem como os custos relacionados ao transporte e entrega dos produtos na sede desta Câmara Municipal.

10.4 - É vedado à licitante, quando da inclusão de sua proposta no sistema, inserir qualquer elemento que possa identificá-la, o descumprimento desta exigência acarretará a DESCCLASSIFICAÇÃO da proposta.

10.5 - Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

11 - ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇO

11.1 - A Sessão Pública do Pregão Eletrônico será realizada conforme data e horário determinados no preâmbulo deste Edital, momento em que ocorre a divulgação das propostas de preços recebidas, passando a Pregoeira a avaliar sua aceitabilidade.

11.2 - A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

11.3 - A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todas as licitantes;

11.3.1 - Serão desclassificadas todas as Propostas cujo valor apresentado seja maior ao valor máximo especificado no item 13.2 deste Edital;

11.4 - O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pela Pregoeira, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

12 - DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1 - Classificadas as propostas, a Pregoeira dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

12.2 - Para a etapa competitiva os representantes credenciados no sistema deverão estar nele conectados para participar da sessão de lances.

12.3 - A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances. Os Lotes 01 e 02 serão abertos simultaneamente, para a disputa de lances.

12.3.1 - O sistema inibirá lances que não estejam em conformidade com os intervalos cadastrados.

12.3.1.1 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela pregoeira.

12.3.1.1.1 - Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

12.3.1.1.2 - Entretanto, caso a desconexão da Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, por meio de mensagem eletrônica, no campo "Mensagens" do aplicativo do





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

sistema, ou por outro meio eletrônico, divulgando data e hora da reabertura da sessão.

12.3.1.2 - Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

12.4 - A cada lance ofertado, a licitante será imediatamente informada pelo sistema eletrônico de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

12.5 - Os lances ofertados deverão ser referentes ao **VALOR GLOBAL**, com no máximo 02 (duas) casas decimais (0,00), sendo desprezadas as restantes.

12.5.1 - Durante a fase de lances, a Pregoeira poderá excluir, a seu critério, e de acordo com as informações produzidas nos autos, lance cujo valor for considerado inexecutável ou que entenda ter sido lançado erroneamente. Nesta hipótese, deverá encaminhar mensagem à licitante na qual faculte o direito de repetir tal lance.

12.6 - A licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o objeto.

12.7 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro pelo sistema eletrônico.

13 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1 - Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**. A especificação da proposta deverá atender fielmente ao solicitado no edital, e os preços deverão ser expressos em reais, com no máximo de 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

13.2 - O valor global máximo aceitável para o objeto desta licitação, fixo e irrevogável, para fornecimento dos produtos pelo período de 12 (doze) meses é de **R\$ 47.312,00 (quarenta e sete mil trezentos e doze reais)**.

13.3 - As Propostas que não estiverem em conformidade com o art. 26, do Decreto 10.024/2019 e/ou não estiverem em conformidade com o art. 48, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, serão automaticamente desclassificadas.

13.4 - Serão desclassificadas as propostas de preços que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, quer sejam por omissão ou por apresentarem irregularidades insanáveis.

13.5 - Serão desclassificadas, ainda, as propostas que apresentarem taxas inexecutáveis (valores simbólicos, irrisórios, de valor zero ou negativos), incompatíveis com os custos operacionais e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o Edital desta Licitação não tenha estabelecido limites mínimos.

13.6 - O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela Pregoeira acerca da aceitação do lance de menor valor

13.7 - Havendo proponentes enquadrados como microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP, cuja proposta de preço encontre-se até 5% acima do valor proposto





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

pelo primeiro colocado, a pregoeira, de acordo com a ordem classificatória, fará a convocação daquele proponente para que, se desejar, ofereça um novo lance de menor valor em relação ao primeiro colocado, assumindo o seu lugar na ordem classificatória.

13.7.1 - O disposto no item acima somente será aplicável quando a melhor oferta subsequente na ordem de classificação não tiver sido apresentada por ME/EPP.

13.8 - Não havendo proponente enquadrado como ME/EPP e havendo empate entre duas ou mais propostas, a classificação dar-se-á por sorteio.

13.9 - A licitante vencedora deverá enviar, em até 03 (três) horas, via e-mail (licitacao.camara@recife.pe.leg.br), a Proposta de Preços readequada ao valor final, emitida em papel timbrado da empresa, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente assinadas e rubricada pelo representante legal, bem como conter local e data, com os respectivos **valores readequados** ao valor total representado pelo lance vencedor, contendo:

- a. o valor total em Real (R\$), com o máximo de duas casas decimais, sobre os valores ofertados apresentando:
 - a.1) a planilha com os respectivos valores unitários;
 - a.2) os valores mensais e totais para 12 meses;
- b. o prazo de entrega do produto, contado a partir da data de solicitação e a marca do mesmo;
- c. a indicação do representante legal da empresa para a assinatura do contrato, devidamente qualificado;
- d. comprovante de domicílio bancário;
- e. Declaração expressa da licitante de que, nos preços cotados, estão incluídas todas as despesas, tais como fretes, impostos, seguros, taxas, contribuições e quaisquer outros custos incidentes sobre o fornecimento objeto desta licitação;
- f. O prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

14- DA HABILITAÇÃO

14.1 - Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o licitante vencedor deverá enviar, em até 03 (três) horas, via e-mail (licitacao.camara@recife.pe.leg.br), os documentos de habilitação conforme item 14.3 e seus subitens, bem como a proposta de preços readequada ao valor final, atendendo os critérios estabelecidos neste edital para a proposta, bem como para as condições de habilitação.

14.2 - Os documentos relativos à habilitação deverão ser apresentados por cópia autenticada em cartório competente, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por um dos membros da equipe de apoio ou pela Pregoeira, e deverão ser apresentados até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao aceite da proposta, mediante encaminhamento de envelope lacrado contendo a seguinte identificação:

À Pregoeira da
CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023 - PROCESSO Nº 2944/2023/SCG
PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
(razão social ou nome comercial do licitante e endereço completo)

14.3 – Dentro do envelope deverá constar, além da proposta de preços readequada ao valor final, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

14.3.1 – Quanto à habilitação jurídica:

- a) Tratando-se de sociedade comercial, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor com todas as suas alterações ou Ato Constitutivo consolidado, devidamente registrado. No caso de sociedades por ações, tais documentos deverão ser acompanhados da Ata de Eleição de seus Administradores;
- b) Tratando-se de sociedades civis, Ato Constitutivo, com todas as alterações, bem como sua inscrição, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- c) Tratando-se de empresa ou sociedade estrangeiras Decreto de Autorização e Ato de Registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Tratando-se de empresa individual, o Registro Comercial;
- e) RG e CPF dos responsáveis legais.

14.3.2 – Quanto à regularidade fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal nº 8.212/91, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;
- c) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal - CEF;
- d) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Estado sede do licitante na forma da lei;
- e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município sede do licitante na forma da lei;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

14.3.2.1 - As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

14.3.2.1.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.3.2.1.2 - A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

14.3.2.1.3 - A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste edital, sendo facultado a Pregoeira convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

14.3.3 – Quanto à qualificação econômico-financeira:

a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social já exigíveis, assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP/DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir;

a.1 – Serão considerados, na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

a.1.1 - Na Sociedade regida pela Lei nº 6.404/76, Sociedade Anônima ou por Ações, deverão ser apresentados em publicação do Diário Oficial, ou publicados em jornal de grande circulação, ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

a.1.2 - Na Sociedade por Cota de Responsabilidade Limitada (LTDA), deverão ser apresentados por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante. Será rigorosamente observada a exigibilidade do balanço para o exercício social determinado no Ato Constitutivo;

a.1.3 - Nas Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei 9.317, de 05 de dezembro de 1996 – Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

Porte "SIMPLES", por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento, devidamente autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

a.1.4 - Na Sociedade criada no exercício em curso, fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

b) Demonstrações que comprovem a boa situação financeira da licitante, as quais serão analisadas através do seguinte índice:

$$\text{Índice de Liquidez Corrente (ILC)} \\ \text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00$$

c) Os Licitantes que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices referidos na alínea "b.1", do subitem 14.3.3, quando da habilitação, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação do respectivo lote, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um lote, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, conforme estabelecido no art. 31, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93;

d) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede da pessoa jurídica, a menos de 60 (sessenta) dias da data de recebimento dos envelopes, mencionada no preâmbulo deste Edital.

e) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial referente aos processos distribuídos pelo PJe (**Processos Judiciais eletrônicos – 1º e 2º Graus**) da sede da licitante ou de seu domicílio;

e.1) A certidão descrita na alínea "d" somente é exigível quando a certidão negativa de Falência ou Recuperação Judicial do Estado da sede da licitante ou de seu domicílio (alínea "c") contiver a **ressalva expressa** de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

e.2) Em caso de Certidão Positiva com efeito de negativa, referente a processos eletrônicos (PJe), é necessário que o documento mencione se a licitante já teve o plano de recuperação homologado em juízo e se está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório.

f) Caberá ao licitante obter a Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, de acordo com as disposições normativas do respectivo Estado da Federação da sede da licitante ou de seu domicílio.

14.3.4 – Quanto à qualificação técnica:





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

14.3.4.1 - Atestados em nome da empresa proponente, como Contratada principal, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter a licitante fornecido bens da mesma natureza, com características equivalentes ou superiores à da presente licitação. Os originais dos atestados poderão ser solicitados pela Comissão para fins de conferência.

14.3.4.2 - Atender ao que disciplina o Termo de Referência – Anexo I, deste Edital, com relação à documentação pertinente à comercialização dos produtos licitados.

14.3.4.3 Apresentar LAUDO DE ANÁLISE MICROBIOLÓGICA realizado por laboratório credenciado pela ANVISA. O laudo referente ao RELATÓRIO DE ENSAIO deverá ter sido emitido há no máximo 30 (trinta) dias, contados retroativamente da data da sessão inaugural deste certame. O Laudo deverá indicar a marca da ÁGUA MINERAL examinada e sua conclusão deverá expressamente mencionar que a AMOSTRA COLETADA É SATISFATÓRIA, QUANTO AOS PADRÕES DE QUALIDADE PARA ÁGUA MINERAL E ÁGUA NATURAL ESTÁ EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO RDC nº. 275, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005, DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - MINISTÉRIO DA SAÚDE. O Relatório de Ensaio deverá informar expressamente que o interessado na realização do ensaio é a CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE.

14.3.4.4 A empresa fornecedora deverá observar as disposições contidas na Lei nº 14.826, de 08 de novembro de 2012, e alterações posteriores, que disciplina o uso dos vasilhames plásticos retornáveis utilizados no envasamento, industrialização e comercialização de água mineral no Estado de Pernambuco.

14.3.4.5 O rótulo a ser utilizado no envasamento de água mineral deverá ser aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, de acordo com a Portaria nº 470 de 24 de novembro de 1999 - MME, Portaria INMETRO nº 157 de 19 de agosto de 2002 e Portaria INMETRO nº 045 de 24 de fevereiro de 2003. Deverão constar os seguintes elementos informativos:

- a) Nome da fonte;
- b) Local da fonte, Município e Estado;
- c) Classificação da água;
- d) Composição química, expressa em miligramas por litro, contendo, no mínimo, os oito elementos predominantes, sob a forma iônica;
- e) Características físico-químicas na surgência;
- f) Nome do laboratório, número e data da análise da água;
- g) Volume expresso em litros ou mililitros;
- h) Número e data da concessão de lavra, e número do processo seguido do nome “DNPM”;
- i) Nome da empresa concessionária e/ou arrendatária, se for o caso, com o número de inscrição no cadastro nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, do Ministério da Fazenda;
- j) Duração, em meses, do produto, destacando-se a data de envasamento por meio de impressão indelével na embalagem, no rótulo, ou na tampa.

14.3.4.6 Para efeito de fornecimento, deverá o fornecedor apresentar cópia autenticada dos seguintes documentos:





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

- a) Licença de funcionamento expedida pela Secretaria de Estado da Saúde ou Secretaria Municipal de Saúde da Região da Engarrafadora;
- b) Licença de funcionamento expedida pela Secretaria de Estado da Saúde ou Secretaria Municipal de Saúde da Região da Distribuidora;
- c) Cópia da publicação em DOU do número de Registro no MS;
- d) Laudo de análise atualizado expedido pelo DNPM ou laboratório por ele credenciado - LAMIN (LABORATÓRIO DE ANÁLISES MINERAIS) / Adolfo Lutz, conforme Resolução RDC nº 54/00 - ANVS - Ministério da Saúde;

14.3.4.7 Rótulo com o carimbo de aprovação pelo DNPM ou documento de aprovação do órgão competente (Portaria nº 470/99 – MME).

14.3.5 – Deverá constar, ainda:

- a) Declarações prestadas pelo representante legal da empresa, emitida em papel timbrado, com carimbo da empresa, conforme modelos constantes dos Anexos II, III e IV, deste Edital.

15 – DOS RECURSOS

15.1 - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no Processo para responder pelo proponente.

15.2 – Declarada a vencedora, o proponente que desejar recorrer deverá fazê-lo manifestando sua intenção, com registro da síntese das suas razões, exclusivamente via sistema eletrônico, no prazo máximo de 02 (duas) horas, sendo-lhe obrigatório juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do Recorrente.

15.3 - A falta de manifestação imediata e motivada, via sistema eletrônico, importará a preclusão do direito de recurso.

15.4 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

15.5 - Os recursos contra as decisões da pregoeira, referentes ao julgamento de habilitação ou inabilitação das licitantes ou ainda julgamento das propostas, terão efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

15.6- O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.7 - Os recursos deverão ser endereçados Pregoeira e entregues na sala da Comissão de Pregão, situada na Rua Monte Castelo, nº 131, 1º andar, Boa Vista, Recife-PE, 50050-310, de segunda a sexta-feira no horário de 08:00 às 13:00 horas.

16 – DO CONTRATO





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

16.1 – Homologado o resultado desta Licitação, a Câmara Municipal do Recife convocará a(s) empresa(s) vencedora(s) para a assinatura do Contrato, devendo esta comparecer no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, a contar da data da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

16.1.1. – O prazo para a assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma vez, desde que requerido por escrito, no transcurso do lapso temporal de que trata o subitem anterior, e em face de justificativa aceita pela Administração.

16.2 – A recusa injustificada da(s) empresa(s) em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido pela Câmara Municipal do Recife, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a(s) às penalidades legalmente estabelecidas.

16.3 – Na hipótese do item anterior, a Câmara Municipal do Recife poderá convocar as licitantes remanescentes, sendo observada a ordem de classificação, para assinatura do Contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

16.4 - O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, nos termos da Lei Federal nº 8666/93, não podendo ser prorrogado.

16.5 – É vedada a subcontratação do objeto desta licitação, no todo ou em parte.

16.6 – O preço será fixo e irrevogável pelo período de duração do Contrato.

17 – DO FORNECIMENTO

17.1 – Os fornecimentos, decorrentes desta licitação, deverão ser entregues em total conformidade com o especificado no item 04, do Termo de Referência - Anexo I, deste Edital.

18 – DO RECEBIMENTO

18.1 - O objeto desta licitação será recebido:

18.1.1 – Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação, pelo Fiscal do Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário, mediante Termo Circunstanciado assinado pelas partes;

18.1.2 – Definitivamente, com entrega dos produtos, mediante o Aceite emitido pelo Fiscal do Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário desta Casa Legislativa.

18.2 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá o vencedor do certame da responsabilidade quanto à ética profissional pela perfeita execução do objeto, observando-se o disposto no art. 69 da Lei Federal nº 8.666/93.

19 – DA FISCALIZAÇÃO

19.1 – A responsabilidade pela FISCALIZAÇÃO da execução do contrato ficará a cargo do Fiscal do Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário.

19.2 – Após a assinatura do Contrato, deverão ser fornecidos aos responsáveis pela fiscalização todos os elementos necessários ao cumprimento de sua obrigação, e quando tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da contratada deverá, de imediato, comunicar por escrito à Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal do Recife, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei,





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

neste Edital e no contrato, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

20 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1 - Constituirão obrigações da Contratada, além das disposições previstas no item 8, do Termo de Referência – Anexo I, deste Edital, e, na Lei Federal Nº 8666/93 e alterações, as constantes na Cláusula Sexta da Minuta do Contrato (Anexo V, deste Edital).

21 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

21.1 - Constituirão obrigações da Contratante, além das disposições previstas no item 9, do Termo de Referência – Anexo I, deste Edital, e na Lei Federal nº 8666/93, as constantes na Cláusula Sétima da Minuta do Contrato (Anexo V, deste Edital).

22 – DO PAGAMENTO

22.1 O pagamento dar-se-á, mensalmente, pelo Departamento de Finanças da Câmara Municipal do Recife, e será efetuado em até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês de vencimento, após a apresentação pela Contratada da nota fiscal referente aos produtos fornecidos e devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário.

23 – DA RESCISÃO CONTRATUAL

23.1 - A inexecução total ou parcial, caracterizada pelo atraso na execução do objeto licitado, poderá ser considerada como recusa e ensejar a rescisão contratual.

23.2 - Aplica-se, no que couber, ao Contrato, as disposições dos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

24 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Câmara Municipal do Recife, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

24.2 – Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, a licitante ficará impedida de licitar e contratar com a Câmara Municipal do Recife e será descredenciada, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 20% (vinte por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

24.2.1 Apresentar documentação falsa;

24.2.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

24.2.3 Falhar na execução do contrato/Ata de Registro de Preços;

24.2.4 Comportar-se de modo inidôneo;

24.2.5 Deixar de entregar documentação exigida no contrato;

24.2.6 Cometer fraude fiscal;

24.2.7 Fizer declaração falsa;

24.2.8 Deixar de cumprir as obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

24.3 Pela infringência a qualquer das cláusulas aqui ajustadas, bem como aos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e, notadamente, quando atestar o objeto deste contrato, a CONTRATANTE verificar incorreções resultantes da execução dos serviços, será aplicada multa contratual correspondente a até 20% (vinte por cento) do preço total deste contrato, assegurada a prévia defesa, devendo o respectivo valor ser recolhido pela CONTRATADA ao Departamento de Finanças da CONTRATANTE no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da notificação da penalidade, sem prejuízo da rescisão por parte da CONTRATANTE.

25 - DOS ANEXOS

25.1 - Integram o presente edital: o Termo de Referência (Anexo I); a Declaração de que o licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação (Anexo II); a Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos e Supervenientes (Anexo III); o Modelo de Declaração de Emprego de Menores (Anexo IV) e a minuta do Termo de Contrato (Anexo V).

26 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou reduções do serviço em até vinte e cinco por cento (25%), de acordo com o artigo 65, § 1º, da Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações.

26.2 - A Câmara Municipal do Recife poderá revogar a presente licitação, por interesse público, e deverá anulá-la por ilegalidade, "de ofício" ou mediante provocação de terceiros, sempre em despacho fundamentado.

26.3 – A participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das normas constantes do presente edital.

26.4 – A(s) empresa(s) contratada(s) será(ão) responsável(is) pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme o art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

26.5 – Fica assegurado à Câmara Municipal do Recife o direito de verificar a exatidão das informações prestadas pelas licitantes, antes e após a adjudicação;

26.6 – Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela Pregoeira, que se baseará nas disposições contidas no Decreto Federal Nº 10.024/2019 e alterações, subsidiariamente a Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações, e ainda pelas condições e exigências estabelecidas neste Edital.

26.7 - No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando a Pregoeira, quando possível, sua atuação no Pregão, sem prejuízos dos atos realizados.

26.8 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

26.9 - As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.





**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE PREGÃO**

26.10 - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município do Recife.

26.11 - A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

26.12 - O Foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculado a Pregoeira.

Recife, 15 de agosto de 2023.

**Lúcia de Fátima da Granja dos Santos
Pregoeira**

**Ailson José de Alcantara
Vice-Pregoeiro**





**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE PREGÃO**

**PROCESSO Nº 2944/2023/SCG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023**

ANEXO I

**TERMO DE REFERÊNCIA – FORNECIMENTO MENSAL DE ÁGUA
MINERAL**

1. OBJETO

Este documento tem como objeto a aquisição de garrações de água mineral com 20 (vinte) litros, para fornecimento MENSAL por um período de 12 (doze) meses, a fim de suprir as necessidades do Edifício Sede e Anexos, atendendo aos diversos departamentos da Câmara Municipal do Recife.

2. JUSTIFICATIVA

Considerando a importância da preservação do bem-estar e saúde dos funcionários desta Casa Legislativa;

E considerando também a manutenção do bom clima organizacional e da satisfação no cumprimento de necessidades fisiológicas como fatores primordiais para o bom desempenho das atividades realizadas diariamente.

O fornecimento mensal de garrações água mineral visa atender às necessidades do funcionamento da Câmara Municipal do Recife, mantendo abastecidos os Edifícios Sede e Anexos.

3. ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS

Os produtos a serem fornecidos deverão obedecer rigorosamente às especificações e quantitativos estabelecidos, conforme descrição abaixo:

3.1) BOTIJÕES DE ÁGUA MINERAL – Água mineral natural sem gás, obtida diretamente de fontes naturais ou artificialmente captadas, de origens subterrâneas, caracterizadas pelo conteúdo definido e constante de sais minerais (composição iônica) e pela presença de oligoelementos e outros constituintes, de acordo com a resolução – RDC 275 de 22 de setembro de 2005 – ANVS – M.S.

A) EMBALAGEM - A água virá envasada em garrações, cedidos em regime de comodato, confeccionados em material elaborado com substâncias resinosas e/ou poliméricas, obedecidos aos critérios da Resolução 105/99 ANVS – M. S. A embalagem para envase de água deve possuir aprovação pela autoridade competente, com volume envasado de 20 (vinte) litros, conforme Lei nº 14.826, de 08 de novembro de 2012, rotulado pelo Departamento Nacional de





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

Produção Mineral – DNPM de acordo com a Portaria nº 470 de 24 de novembro de 1999 - MME, Portaria INMETRO nº 157 de 19 de agosto de 2002 e Portaria INMETRO nº 045 de 24 de fevereiro de 2003, com tampa plástica sob pressão e lacre com a marca da água.

B) CARACTERÍSTICAS

i) Características Sensoriais, Físicas, Químicas e Físico-Químicas:

Aspecto: Límpido

Odor: Característico

Sabor: Característico

Cor: Máximo 5 Uh (Unidade de Escala Hazen)

Turbidez: Máximo 3,0 Uh (Unidade Jackson ou nefelométrica de turbidez)

ii) Características Microbiológicas:

Na fonte, poço ou local de surgência e na sua comercialização, a água mineral natural deve ser de tal qualidade que não apresente risco a saúde do consumidor (ausência de microorganismos patogênicos) e estar em conformidade com as características microbiológicas definidas na Resolução RDC 275 de 22 de setembro de 2005 – ANVS – Ministério da Saúde.

iii) Contaminantes:

Obedecidos aos limites máximos da Resolução RDC 275 de 22 de setembro de 2005 – ANVS – Ministério da Saúde.

C) QUANTIDADE

Item	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Quant. Mensal	Quant. 12 meses
01	Água Mineral – botijão com 20 litros	Unidade		400	4.800
			Total Mensal:		
			Total para 12 Meses:		

D) ESPECIFICAÇÕES

i) Para oferta de água mineral, deverá ser apresentado Laudo de Análise Microbiológica realizado por laboratório credenciado pela ANVISA. O laudo referente ao Relatório de Ensaio deverá ter sido emitido há no máximo 30 (trinta) dias, contados retroativamente da data da sessão inaugural deste certame. O Laudo deverá indicar a marca da água mineral examinada e sua conclusão deverá expressamente mencionar que a **amostra coletada é satisfatória, quanto aos padrões de qualidade para água mineral e a água mineral está em conformidade com a Resolução RDC nº. 275, de 22 de setembro de 2005, da Agência Nacional de Vigilância**





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

Sanitária - Ministério da Saúde. O Relatório de Ensaio deverá informar expressamente que o interessado na realização do ensaio é a CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE.

ii) A empresa fornecedora deverá observar as disposições contidas na Lei nº 14.826, de 08 de novembro de 2012, e alterações posteriores, que disciplina o uso dos vasilhames plásticos retornáveis utilizados no envasamento, industrialização e comercialização de água mineral no Estado de Pernambuco.

iii) O rótulo a ser utilizado no envasamento de água mineral deverá ser aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, de acordo com a Portaria nº 470 de 24 de novembro de 1999 - MME, Portaria INMETRO nº 157 de 19 de agosto de 2002 e Portaria INMETRO nº 045 de 24 de fevereiro de 2003. Deverão constar os seguintes elementos informativos:

- a) Nome da fonte;
- b) Local da fonte, Município e Estado;
- c) Classificação da água;
- d) Composição química, expressa em miligramas por litro, contendo, no mínimo, os oito elementos predominantes, sob a forma iônica;
- e) Características físico-químicas na surgência;
- f) Nome do laboratório, número e data da análise da água;
- g) Volume expresso em litros ou mililitros;
- h) Número e data da concessão de lavra, e número do processo seguido do nome “DNPM”;
- i) Nome da empresa concessionária e/ou arrendatária, se for o caso, com o número de inscrição no cadastro nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, do Ministério da Fazenda;
- j) Duração, em meses, do produto, destacando-se a data de envasamento por meio de impressão indelével na embalagem, no rótulo, ou na tampa.

iv) Para efeito de fornecimento, deverá o fornecedor apresentar cópia autenticada dos seguintes documentos:

- a) Licença de funcionamento expedida pela Secretaria de Estado da Saúde ou Secretaria Municipal de Saúde da Região da Engarrafadora;
- b) Licença de funcionamento expedida pela Secretaria de Estado da Saúde ou Secretaria Municipal de Saúde da Região da Distribuidora;
- c) Cópia da publicação em DOU do número de Registro no MS;
- d) Laudo de análise atualizado expedido pelo DNPM ou laboratório por ele credenciado - LAMIN (LABORATÓRIO DE ANÁLISES MINERAIS) / Adolfo Lutz, conforme Resolução RDC nº 54/00 - ANVS - Ministério da Saúde;
- e) Rótulo com o carimbo de aprovação pelo DNPM ou documento de aprovação do órgão competente (Portaria nº 470/99 – MME).





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

4. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

A empresa vencedora deverá entregar os produtos solicitados na Unidade de Material e Patrimônio da Câmara Municipal do Recife, situada à Rua Princesa Isabel, nº 410, Boa Vista, Recife – PE, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 às 17:00 horas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da data de solicitação.

5. PROPOSTA DE PREÇO E JULGAMENTO

A classificação far-se-á pela ordem crescente dos preços propostos e aceitáveis, entre as empresas que tiverem atendido a todas as especificações e, dessas, será declarada vencedora a que ofertar o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

Para efeito do valor a ser cotado pela contratada, a empresa deverá observar todos os parâmetros, condições e exigências deste Termo de Referência, sendo de inteira responsabilidade da Contratada, todos os encargos, tributos e contribuições, tais como: impostos, taxas, emolumentos, seguros, encargos sociais ou outros que decorram direta ou indiretamente do contrato, bem como oriundos de quaisquer acidentes e/ou danos causados à Contratante ou a terceiros.

6. APRESENTAÇÃO DO PREÇO

A licitante deverá apresentar sua Proposta de Preços atualizada, com os respectivos valores em papel timbrado da empresa, devidamente assinada e rubricada pelo representante legal, com local e data, contendo:

- a) O valor total em Real (R\$), com o máximo de duas casas decimais, sobre os valores ofertados apresentando:
- b) As planilhas com os respectivos valores unitários e totais;
- c) Os valores mensais e totais para 12 meses;
- d) O prazo de entrega dos produtos, contados a partir da data de solicitação;
- e) Nome e assinatura do representante legal da empresa;
- f) Dados cadastrais da empresa (CNPJ, endereço, número de telefone e e-mail para contato);
- g) O prazo de validade da proposta, não inferior a 30 (trinta) dias, contados da data de sua apresentação.

7. PAGAMENTO

O pagamento dar-se-á pelo Departamento de Finanças da Câmara Municipal do Recife, de forma parcelada, conforme solicitação do setor responsável, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da entrega dos produtos, condicionado, todavia, à juntada simultânea dos seguintes documentos:





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

- Nota Fiscal/ Fatura original da Contratada devidamente atestada pelo fiscal do contrato;
- Certidões de Regularidade com os tributos federais, estaduais e municipais pertinentes.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Fornecer os produtos em total conformidade com o disposto neste Termo de Referência, conforme autorização e orientação da CONTRATANTE;
- 8.2. Indenizar quaisquer prejuízos causados à CONTRATANTE em decorrência da não observância do disposto no presente contrato;
- 8.3. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa;
- 8.4. Manter preposto, indicado na proposta e aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do contrato, informando, previamente, eventuais mudanças e indicando o substituto;
- 8.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;
- 8.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE sobre os objetos ofertados, bem como comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Efetivar a satisfação do crédito da Contratada, nos precisos termos dispostos no presente contrato;
- 9.2. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela Contratada e, pertinentes ao objeto do presente contrato;
- 9.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste contrato através do Fiscal de Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário.

10. FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços será fiscalizada pelo fiscal do contrato a ser designado mediante Termo pelo Primeiro Secretário. O fiscal anotarà em livro próprio os acontecimentos considerados relevantes, bem como as providências tomadas para sanar as anormalidades identificadas.

11. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

12. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Quaisquer informações adicionais poderão ser fornecidas junto à Unidade de Material e Patrimônio, através do telefone (81) 3301-1243 e do endereço eletrônico patrimoniocmrecife@gmail.com, no horário das 08:00h às 17:00h, para dirimir dúvidas ou





**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE PREGÃO**

solicitar os estabelecimentos necessários quanto ao objeto a ser contratado, bem como demais observações pertinentes.

Recife, 31 de julho de 2023.

AIRTON TEÓDULO DA S. JÚNIOR
Coordenador da Unidade de Material e Patrimônio

Acessório - PROC 2944/2023 - Esta é uma cópia do original assinado digitalmente por Alison José de Alcantara e outro.
Para validar o documento, leia o código QR ou acesse https://e-processo.recife.pe.leg.br/conferir_assinatura e informe o código 2ABD-6EE9-52B3-9339





**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE PREGÃO**

**PROCESSO Nº 2944/2023/SCG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023**

ANEXO II

**MODELO DE DECLARAÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
(EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)**

Declaro, sob as penas da lei, que a empresa _____ possui os requisitos necessários para habilitação no processo licitatório instaurado na modalidade Pregão Eletrônico nº 010/2023.

Local, de de 2023.

(Assinatura do Licitante ou do representante legal)





**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE PREGÃO**

**PROCESSO Nº 2944/2023/SCG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023**

ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA
(EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)**

Declaro, sob as penas da lei, que inexistem fatos impeditivos supervenientes, que inabilitem a empresa _____, a participar de processos licitatórios ou contratar com os órgãos públicos da Administração Direta/Indireta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e de Sociedades de Economia Mista, Federais Estaduais e Municipais.

Local, de de 2023.

(Assinatura do Licitante ou do representante legal)





**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE PREGÃO**

**PROCESSO Nº 2944/2023/SCG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023**

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGO DE MENORES

Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa _____, Inscrição Estadual nº _____, CNPJ/MF nº _____, estabelecida no endereço _____, não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como que não emprega menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Local, ____ de _____ de 2023.

(representante da empresa e carimbo CNPJ)





**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE PREGÃO**

**PROCESSO Nº 2944/2023/SCG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023**

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA
FORNECIMENTO MENSAL DE ÁGUA
MINERAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM
A CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE E
_____, NA FORMA
ABAIXO.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE**, órgão do Poder Legislativo do Município do Recife, com sede à Rua Princesa Isabel, nº 410, nesta cidade do Recife/PE, inscrita no CNPJ sob o nº 08.903.189/0001-34, daqui por diante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada, pelo seu Presidente, Vereador **ROMERO JATOBÁ CAVALCANTI NETO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 064.334.034-33, portador da cédula de identidade nº 6.698.520-SDS/PE, residente e domiciliado nesta cidade e pelo Primeiro Secretário, Vereador **RAFAEL ACIOLI MEDEIROS**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF/MF, sob o nº 073.972.684-63, portador da cédula de identidade nº 543.654-2-SDS/PE, residente e domiciliado nesta Cidade, e a Empresa _____, com sede na _____, bairro, Cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, brasileiro, solteiro, profissão, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador da cédula de Identidade nº _____ SSP/PE, residente e domiciliado na cidade de _____, celebram o presente Contrato, vinculado ao Processo Administrativo nº 2944/2023/SCG, instaurado na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023**, tudo de conformidade com as disposições constantes das Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, mediante as cláusulas e condições que mutuamente outorgam e estabelecem na forma adiante articulada.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a Contratação de empresa especializada para fornecimento a aquisição de garrações de água mineral com 20 (vinte) litros, para fornecimento mensal, por um período de 12 (doze) meses, a fim de suprir as necessidades do Edifício Sede e Anexos, tudo de acordo com as especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência, do Edital, bem como na Proposta de Preços da CONTRATADA, que constituem partes integrantes do presente Contrato e ao qual se acham indissolúvelmente vinculados, independentemente de sua transcrição neste instrumento.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pelo fornecimento do objeto deste Contrato a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ _____ (xxxxxxxxxxxx).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento dar-se-á mensalmente, pelo Departamento de Finanças da Câmara Municipal do Recife, de acordo com a comprovação dos fornecimentos dos produtos, correspondentes a cada mês, de conformidade com o especificado no Item 7, do Termo de Referência, Anexo I, do Edital de licitação, e será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês de vencimento, mediante a apresentação, pela empresa contratada, da nota fiscal dos produtos fornecidos, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento fica condicionado ainda à apresentação, pela **CONTRATADA**, ao Departamento de Finanças da **CONTRATANTE**, dos documentos abaixo relacionados e relativos ao mês anterior da prestação dos serviços:

- a) documento fiscal (Nota Fiscal) devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário;
- b) certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidão negativa de débitos junto à fazenda estadual ou distrital do domicílio sede da CONTRATADA;
- d) certidão negativa de débitos junto à fazenda municipal do domicílio sede da CONTRATADA;
- e) certidão de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- g) poderão ainda ser requeridos outros documentos complementares relativos ao cumprimento dos encargos trabalhistas e previdenciários.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O preço será fixo e irrevogável pelo período de duração do Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS E LOCAL DOS FORNECIMENTOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Empresa vencedora deverá atender aos prazos disciplinados no Item 4, do Termo de Referência - Anexo I, do Edital.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os fornecimentos deverão ser realizados nas dependências da Câmara Municipal do Recife, na forma definida no Termo de Referência - Anexo I, do Edital.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Todas as despesas relativas ao fornecimento (tais como material, mão-de-obra, encargos, impostos e frete, etc.) correrão por conta da Contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogado.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos alocados para a execução deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº 01. 01. 2.002 3.3.90.30, mediante Nota de Empenho nº 2023._____, emitida em ____/____/2023.

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas para o exercício(s) subseqüente(s) serão submetidas à dotação orçamentária própria, prevista para o atendimento da presente finalidade consignada na proposta orçamentária da CONTRATANTE para o referido exercício.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Constituem obrigações da CONTRATADA, além das disposições previstas no item 8, do Termo de Referência – Anexo I, do Edital, e na Lei Federal nº 8666/93:

6.1.1 – executar o objeto em total conformidade com o disposto no edital e anexos, conforme autorização e orientação do Fiscal do Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário da Contratante;

6.1.2 – indenizar quaisquer prejuízos causados à CONTRATANTE em decorrência da não observância do disposto no presente contrato;

6.1.3 – manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.4 – manter preposto, indicado na proposta e aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do contrato, informando, previamente, eventuais mudanças e indicando o substituto;

6.1.5 – reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;

6.1.6 – assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e trabalhistas, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

6.1.7 - prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Unidade de Material e Patrimônio sobre os objetos ofertados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Constituem obrigações da CONTRATANTE, além das disposições no item 8, do Termo de Referência – Anexo I, do Edital, e na Lei Federal nº 8666/93:

7.1.1 – efetivar a satisfação do crédito da CONTRATADA, nos precisos termos dispostos no presente instrumento;

7.1.2 – prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e, pertinentes ao objeto do presente contrato;

7.1.3 – acompanhar e **FISCALIZAR** através do Fiscal do Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário desta Casa Legislativa a execução do objeto deste contrato.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

As alterações porventura necessárias ao fiel cumprimento do objeto deste Contrato serão efetivadas na forma e condições do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93, formalizadas previamente por Termo Aditivo, que passará a integrar este Contrato.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou reduções do serviço em até vinte e cinco por cento (25%), de acordo com o artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução do objeto será acompanhada pelo Fiscal do Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário da CONTRATANTE, que deverá, após conferir e aprovar, atestar as faturas referentes ao fornecimento dos equipamentos e serviços, objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

Com fundamento no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002, a licitante ficará impedida de licitar e contratar com a Câmara Municipal do Recife e será descredenciada, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 20% (vinte por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) Apresentar documentação falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Falhar na execução do contrato/Ata de Registro de Preços;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Deixar de entregar documentação exigida no contrato;
- f) Cometer fraude fiscal;
- g) Fizer declaração falsa;
- h) Deixar de cumprir as obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias.

PARÁGRAFO ÚNICO – Pela infringência a qualquer das cláusulas aqui ajustadas, bem como aos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e, notadamente, quando atestar o objeto deste contrato, a CONTRATANTE verificar incorreções resultantes da execução dos serviços, será aplicada multa contratual correspondente a até 20% (vinte por cento) do preço total deste contrato, assegurada a prévia defesa, devendo o respectivo valor ser recolhido pela CONTRATADA ao Departamento de Finanças da CONTRATANTE no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da notificação da penalidade, sem prejuízo da rescisão por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste Contrato dará ensejo à sua rescisão, assegurada a ampla defesa e observadas as disposições deste Contrato e da Lei nº 8.666/93,





**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE PREGÃO**

notadamente nos artigos 77 a 80, sem prejuízo das demais penalidades determinadas em lei e neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO FORNECIMENTO

Os fornecimentos, objeto do presente Contrato, serão efetuados na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, tipo menor preço global por lote.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DOS DOCUMENTOS

Faz parte integrante deste Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos, devidamente rubricados pelas partes: o Edital do Pregão Eletrônico nº 010/2023 e seus Anexos, o Termo de Homologação, o Termo de Adjudicação e a Proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Cidade do Recife, Comarca da Capital do Estado de Pernambuco, como o competente para dirimir as questões suscitadas na execução deste Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que se configure.

E, por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, para um único efeito de direito, juntamente com as testemunhas abaixo subscritas, sendo a seguir registrado em livro próprio da Procuradoria Legislativa, conforme dispõe o art. 60, da Lei Federal nº 8.666/93.

Recife, de de 2023.

ROMERO JATOBÁ CAVALCANTI NETO

Presidente da Câmara Municipal do Recife

CONTRATANTE

RAFAEL ACIOLI MEDEIROS

Primeiro Secretário da Câmara Municipal do Recife

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

<nome da empresa>

CONTRATADA

Procuradoria Legislativa

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Assinado digitalmente por
LUCIA DE FATIMA DA
GRANJA DOS SANTOS
Data: 17/08/2023 09:05



Assinado digitalmente por
AILSON JOSE DE
ALCANTARA
Data: 18/08/2023 09:41





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
Rua Princesa Isabel, 410 - Boa Vista – Recife – PE
Unidade de Material e Patrimônio

TERMO DE REFERÊNCIA
FORNECIMENTO MENSAL DE ÁGUA MINERAL

1. OBJETO

Este documento tem como objeto a aquisição de garrações de água mineral com 20 (vinte) litros, para fornecimento MENSAL por um período de 12 (doze) meses, a fim de suprir as necessidades do Edifício Sede e Anexos, atendendo aos diversos departamentos da Câmara Municipal do Recife.

2. JUSTIFICATIVA

Considerando a importância da preservação do bem-estar e saúde dos funcionários desta Casa Legislativa;

E considerando também a manutenção do bom clima organizacional e da satisfação no cumprimento de necessidades fisiológicas como fatores primordiais para o bom desempenho das atividades realizadas diariamente.

O fornecimento mensal de garrações de água mineral visa atender às necessidades do funcionamento da Câmara Municipal do Recife, mantendo abastecidos os Edifícios Sede e Anexos.

3. ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS

Os produtos a serem fornecidos deverão obedecer rigorosamente às especificações e quantitativos estabelecidos, conforme descrição abaixo:

3.1) BOTIJÕES DE ÁGUA MINERAL – Água mineral natural sem gás, obtida diretamente de fontes naturais ou artificialmente captadas, de origens subterrâneas, caracterizadas pelo conteúdo definido e constante de sais minerais (composição iônica) e pela presença de oligoelementos e outros constituintes, de acordo com a resolução – RDC 275 de 22 de setembro de 2005 – ANVS – M.S.

A) EMBALAGEM - A água virá envasada em garrações, cedidos em regime de comodato, confeccionados em material elaborado com substâncias resinosas e/ou poliméricas, obedecidos aos critérios da Resolução 105/99 ANVS – M. S. A embalagem para envase de água deve possuir aprovação pela autoridade competente, com volume envasado de 20 (vinte) litros, conforme Lei nº 14.826, de 08 de novembro de 2012, rotulado pelo Departamento Nacional de





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
Rua Princesa Isabel, 410 - Boa Vista – Recife – PE
Unidade de Material e Patrimônio

Produção Mineral – DNPM de acordo com a Portaria nº 470 de 24 de novembro de 1999 - MME, Portaria INMETRO nº 157 de 19 de agosto de 2002 e Portaria INMETRO nº 045 de 24 de fevereiro de 2003, com tampa plástica sob pressão e lacre com a marca da água.

B) CARACTERÍSTICAS

i) Características Sensoriais, Físicas, Químicas e Físico-Químicas:

Aspecto: Límpido

Odor: Característico

Sabor: Característico

Cor: Máximo 5 Uh (Unidade de Escala Hazen)

Turbidez: Máximo 3,0 Uh (Unidade Jackson ou nefelométrica de turbidez)

ii) Características Microbiológicas:

Na fonte, poço ou local de surgência e na sua comercialização, a água mineral natural deve ser de tal qualidade que não apresente risco a saúde do consumidor (ausência de microorganismos patogênicos) e estar em conformidade com as características microbiológicas definidas na Resolução RDC 275 de 22 de setembro de 2005 – ANVS – Ministério da Saúde.

iii) Contaminantes:

Obedecidos aos limites máximos da Resolução RDC 275 de 22 de setembro de 2005 – ANVS – Ministério da Saúde.

C) QUANTIDADE

Item	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Quant. Mensal	Quant. 12 meses
01	Água Mineral – botijão com 20 litros	Unidade		400	4.800
				Total Mensal:	
				Total para 12 Meses:	

D) ESPECIFICAÇÕES

i) Para oferta de água mineral, deverá ser apresentado Laudo de Análise Microbiológica realizado por laboratório credenciado pela ANVISA. O laudo referente ao Relatório de Ensaio deverá ter sido emitido há no máximo 30 (trinta) dias, contados retroativamente da data da sessão inaugural deste certame. O Laudo deverá indicar a marca da água mineral examinada e sua conclusão deverá expressamente mencionar que a **amostra coletada é satisfatória, quanto aos padrões de qualidade para água mineral e a água mineral está em conformidade com a**





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
Rua Princesa Isabel, 410 - Boa Vista – Recife – PE
Unidade de Material e Patrimônio

Resolução RDC n.º 275, de 22 de setembro de 2005, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Ministério da Saúde. O Relatório de Ensaio deverá informar expressamente que o interessado na realização do ensaio é a CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE.

ii) A empresa fornecedora deverá observar as disposições contidas na Lei n.º 14.826, de 08 de novembro de 2012, e alterações posteriores, que disciplina o uso dos vasilhames plásticos retornáveis utilizados no envasamento, industrialização e comercialização de água mineral no Estado de Pernambuco.

iii) O rótulo a ser utilizado no envasamento de água mineral deverá ser aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, de acordo com a Portaria n.º 470 de 24 de novembro de 1999 - MME, Portaria INMETRO n.º 157 de 19 de agosto de 2002 e Portaria INMETRO n.º 045 de 24 de fevereiro de 2003. Deverão constar os seguintes elementos informativos:

- a) Nome da fonte;
- b) Local da fonte, Município e Estado;
- c) Classificação da água;
- d) Composição química, expressa em miligramas por litro, contendo, no mínimo, os oito elementos predominantes, sob a forma iônica;
- e) Características físico-químicas na surgência;
- f) Nome do laboratório, número e data da análise da água;
- g) Volume expresso em litros ou mililitros;
- h) Número e data da concessão de lavra, e número do processo seguido do nome “DNPM”;
- i) Nome da empresa concessionária e/ou arrendatária, se for o caso, com o número de inscrição no cadastro nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, do Ministério da Fazenda;
- j) Duração, em meses, do produto, destacando-se a data de envasamento por meio de impressão indelével na embalagem, no rótulo, ou na tampa.

iv) Para efeito de fornecimento, deverá o fornecedor apresentar cópia autenticada dos seguintes documentos:

- a) Licença de funcionamento expedida pela Secretaria de Estado da Saúde ou Secretaria Municipal de Saúde da Região da Engarrafadora;
- b) Licença de funcionamento expedida pela Secretaria de Estado da Saúde ou Secretaria Municipal de Saúde da Região da Distribuidora;
- c) Cópia da publicação em DOU do número de Registro no MS;
- d) Laudo de análise atualizado expedido pelo DNPM ou laboratório por ele credenciado - LAMIN (LABORATÓRIO DE ANÁLISES MINERAIS) / Adolfo Lutz, conforme Resolução RDC n.º 54/00 - ANVS - Ministério da Saúde;





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
Rua Princesa Isabel, 410 - Boa Vista – Recife – PE
Unidade de Material e Patrimônio

e) Rótulo com o carimbo de aprovação pelo DNPM ou documento de aprovação do órgão competente (Portaria nº 470/99 – MME).

4. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

A empresa vencedora deverá entregar os produtos solicitados na Unidade de Material e Patrimônio da Câmara Municipal do Recife, situada à Rua Princesa Isabel, nº 410, Boa Vista, Recife – PE, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 às 17:00 horas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da data de solicitação.

5. PROPOSTA DE PREÇO E JULGAMENTO

A classificação far-se-á pela ordem crescente dos preços propostos e aceitáveis, entre as licitantes que tiverem atendido a todas as especificações e, dessas, será declarada vencedora a que ofertar o **MENOR PREÇO POR LOTE**.

Para efeito do valor a ser cotado pela contratada, a licitante deverá observar todos os parâmetros, condições e exigências deste Termo de Referência, sendo de inteira responsabilidade da Contratada, todos os encargos, tributos e contribuições, tais como: impostos, taxas, emolumentos, seguros, encargos sociais ou outros que decorram direta ou indiretamente do contrato, bem como oriundos de quaisquer acidentes e/ou danos causados à Contratante ou a terceiros.

6. APRESENTAÇÃO DO PREÇO

A licitante deverá apresentar sua Proposta de Preços atualizada, com os respectivos valores em papel timbrado da empresa, devidamente assinada e rubricada pelo representante legal, com local e data, contendo:

- a. O valor total em Real (R\$), com o máximo de duas casas decimais, sobre os valores ofertados apresentando:
 - i) As planilhas com os respectivos valores unitários e totais de cada item;
 - ii) Os valores mensais e totais para 12 meses de cada lote;
- b. O prazo de entrega dos produtos, contados a partir da data de solicitação;
- c. Nome e assinatura do representante legal da empresa;
- d. Dados cadastrais da empresa (CNPJ, endereço, número de telefone e e-mail para contato);
- e. O prazo de validade da proposta, não inferior a 30 (trinta) dias, contados da data de sua apresentação.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
Rua Princesa Isabel, 410 - Boa Vista – Recife – PE
Unidade de Material e Patrimônio

7. PAGAMENTO

O pagamento dar-se-á pelo Departamento de Finanças da Câmara Municipal do Recife, de forma parcelada, conforme solicitação do setor responsável, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da entrega dos produtos, condicionado, todavia, à juntada simultânea dos seguintes documentos:

- Nota Fiscal/ Fatura original da Contratada devidamente atestada pelo fiscal do contrato;
- Certidões de Regularidade com os tributos federais, estaduais e municipais pertinentes.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Fornecer os produtos em total conformidade com o disposto neste Termo de Referência, conforme autorização e orientação da CONTRATANTE;
- 8.2. Indenizar quaisquer prejuízos causados à CONTRATANTE em decorrência da não observância do disposto no presente contrato;
- 8.3. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa;
- 8.4. Manter preposto, indicado na proposta e aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do contrato, informando, previamente, eventuais mudanças e indicando o substituto;
- 8.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;
- 8.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE sobre os objetos ofertados, bem como comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Efetivar a satisfação do crédito da Contratada, nos precisos termos dispostos no presente contrato;
- 9.2. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela Contratada e, pertinentes ao objeto do presente contrato;
- 9.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste contrato através do Fiscal de Contrato, a ser designado através de Termo do Primeiro Secretário.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
Rua Princesa Isabel, 410 - Boa Vista – Recife – PE
Unidade de Material e Patrimônio

10. FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços será fiscalizada pelo fiscal do contrato a ser designado mediante Termo pelo Primeiro Secretário. O fiscal anotará em livro próprio os acontecimentos considerados relevantes, bem como as providências tomadas para sanar as anormalidades identificadas.

11. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

12. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Quaisquer informações adicionais poderão ser fornecidas junto à Unidade de Material e Patrimônio, através do telefone (81) 3301-1243 e do endereço eletrônico patrimoniocmrecife@gmail.com, no horário das 08:00h às 17:00h, para dirimir dúvidas ou solicitar os estabelecimentos necessários quanto ao objeto a ser contratado, bem como demais observações pertinentes.

Recife, 31 de julho de 2023.

AIRTON TEÓDULO DA S. JÚNIOR
Coordenador da Unidade de Material e Patrimônio

Assinado digitalmente
por AIRTON TEÓDULO
DA SILVA JUNIOR
Data: 04/08/2023 15:34





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 39.875.452/0001-52 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 23/11/2020
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL ALINE ALVES DE SOUZA CABRAL
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) OASIS DISTRIBUIDORA DE AGUA E GAS	PORTE ME
--	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liqüefeito de petróleo (GLP)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas (Dispensada *)
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO AV VISCONDE DE SUASSUNA	NÚMERO 311	COMPLEMENTO *****
--	----------------------	-----------------------------

CEP 50.050-540	BAIRRO/DISTRITO SANTO AMARO	MUNICÍPIO RECIFE	UF PE
--------------------------	---------------------------------------	----------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO OASISDISTRIBUIDORADEAGUA@HOTMAIL.COM	TELEFONE (81) 3129-9947
--	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 23/11/2020
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
-----------------------------------	---

(*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **02/08/2023** às **14:38:40** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

			REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA					
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 19.903.070/0001-88 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 18/03/2014	
NOME EMPRESARIAL ANA MARIA PEREIRA BATISTA 19295901487					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SETA DISTRIBUIDORA DE AGUAS					PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)					
LOGRADOURO R DO RIO		NÚMERO 40B	COMPLEMENTO *****		
CEP 52.110-490	BAIRRO/DISTRITO MANGABEIRA	MUNICÍPIO RECIFE		UF PE	
ENDEREÇO ELETRÔNICO setadistribuidoradeaguas@hotmail.com			TELEFONE (81) 8693-7768		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/03/2014	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **02/08/2023** às **14:25:53** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 27.614.808/0001-15 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 27/04/2017
NOME EMPRESARIAL CHRISTIANNE AMORIM BENJAMIN COMERCIO DE AGUAS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) DA FONTE AGUAS			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO R JAIME RAMIRO COSTA	NÚMERO 75	COMPLEMENTO *****	
CEP 51.030-760	BAIRRO/DISTRITO IMBIRIBEIRA	MUNICÍPIO RECIFE	UF PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO FATURAMENTO@DAFONTEDISTRIBUIDORA.COM.BR		TELEFONE (81) 3341-5102	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/04/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **02/08/2023** às **14:23:21** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**